

Reunião Ordinária - ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta 6 de 2006 - 15 de Dezembro

Abertura da Reunião

Aos quinze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e seis, na Vila de Nisa e Auditório da Biblioteca Municipal, teve lugar a Sessão Ordinária de Dezembro da Assembleia Municipal de Nisa, convocada pelo Presidente da respectiva Mesa, nos termos do disposto na alínea b) do nº 1 do Artº 54º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção que lhe é dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, pelo Edital Nº 6/2006, datado do dia 30 do passado mês de Novembro, enviado a todos os Eleitos através do Ofício Nº 16/2006-AM, da mesma data e à qual compareceram os seus membros, José da Cruz Curado Polido, João Eduardo Miguéns Serralha, Júlio Almeida Pires, Marco António Barreto Lourenço de Oliveira, José Manuel Tremoço Barreto, Joaquim Marques Rodrigues, Gilberto Mourato Canilhas Manteiga, Mário Rui de Gouveia Macedo, João Carlos Nabais Pinto, Joaquim Maria da Costa, Florinda João Requeixa Ribeiro Fortunato, Armando Manuel Maria Vieira Luís, Adelino José Polido Temudo, José Lopes Duarte Baião (Presidente da Junta de Freguesia de Alpalhão), Francisco Rogério Cardoso Dias (Presidente da Junta de Freguesia de Amieira do Tejo), Artur da Rosa Dias (Presidente da Junta de Freguesia de Arez), Fernando Serralha Carita Marquês (Presidente da Junta de Freguesia do Espírito Santo), João José Cabim Malpique Rufino (Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Graça), Francisco Boleto São Pedro (Presidente da Junta de Freguesia de Santana), João Vicente Ferrer (Presidente da Junta de Freguesia de São Matias), José Miguéns Louro Hilário (Presidente da Junta de Freguesia de São Simão) e Ilda Maria da Cruz Pires (Presidente da Junta de Freguesia de Tolosa).

Não compareceram a esta Sessão os Eleitos Arménio de Pina Morais de Almeida, António Manuel Caldeira Valente e António dos Remédios da Costa (Presidente da Junta de Freguesia de Montalvão).

E, como se encontravam em número legal para se poderem constituir em reunião, nos termos do nº 1 do Artº 89º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, foi a Sessão declarada aberta pelo Presidente da Mesa, Sr. José da Cruz Curado Polido, quando eram 14H30.

Estiveram, ainda, presentes a esta Sessão, por parte do Executivo e conforme nºs 1 e 3 do Artº 48º da antes citada Lei nº 169/99, a Presidente da Câmara, Maria Gabriela Pereira Menino Tsukamoto e os Vereadores, João Gonçalves da Costa e Maria de Fátima Dinis Carita Moura, a fim de poderem prestar os esclarecimentos julgados necessários, relativamente aos assuntos constantes da Ordem de Trabalhos desta mesma Sessão.

Procedeu-se, de seguida, à leitura da Ordem de Trabalhos da presente Sessão, a qual é a constante do Edital Nº 6/2006, com data de 30 de Novembro passado, já antes referido e previamente enviada a todos os membros desta Assembleia Municipal através do Ofício Nº 16/2006-A.M., da mesma data, para cumprimento do disposto no nº 1 do Artº 49º da anteriormente citada Lei nº 169/99, passando-se à análise e discussão, tendo em vista a sua eventual aprovação, dos assuntos na mesma referenciados, tendo as respectivas Deliberações sido tomadas ao abrigo do que dispõe o nº 1 do Artº 90º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, como para cada uma a se indica, sendo que, a Eleita, Florinda Fortunato, solicitou autorização ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal para se ausentar, o que lhe foi concedido e veio a verificar-se às 15H45, não tendo participado na discussão e aprovação dos Pontos Nºs 7, 8, 9, 11, 12 e 13.

Período de antes da Ordem do Dia

- Assunto** Foi posta à disposição dos Eleitos da Assembleia Municipal de Nisa, a documentação a que a seguir se faz referência:
- Ofício Nº 6200, de 2006/12/06, da CPCJ NISA, informando da realização de uma acção de formação;
 - Ofício da ETAPRONI, de Nisa, informando da realização da I Feira de Emprego e Orientação Profissional, que se realizou em Nisa, em 200/11/29, enviando convite;
 - Ofício, de 2006/10/09, do Grupo Parlamentar do PCP, informando da realização de uma audição pública, em 06/10/24, sobre "Instrumento de Gestão Urbanística";
 - Fax, de 2006/10/24, Nº 294-DSCS/06, da Direcção Regional de Economia do Alentejo, dando conhecimento da realização da Reunião da Comissão Municipal de Licenciamento Comercial de Nisa, no dia 27/10/2006.

Informações dos eleitos

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa deu a palavra aos membros que manifestaram interesse em fazer uso da mesma, tendo-se verificado as intervenções dos seguintes Eleitos da Assembleia:

- João Eduardo, referiu que se verificou alguma demora na entrega da documentação posta à disposição dos Eleitos, para consulta. Manifestou interesse em saber qual o ponto de situação do Gabinete de Projectos Especiais.

- Joaquim Costa, em relação às antenas de telecomunicações, disse que gostava que o informassem sobre a legislação que determina o pagamento do espaço aéreo, referindo que há um ano que este assunto se arrasta e quem sofre é a população, pois as antenas ainda não foram ligadas.

- José Baião referiu que se passou o ano de 2006 e a Câmara não fez nada em Alpalhão, apesar dos insistentes pedidos apresentados pela Junta de Freguesia.

- Marco Oliveira, solicitou à Presidente da Câmara que lhe explicasse qual a razão da sua falta à última Sessão desta Assembleia. Disse que gostava de ouvir um comentário, também por parte da Presidente da Câmara, sobre o episódio da água de Alpalhão e Tolosa, sobre a visita da Polícia Judiciária e sobre o leite contaminado fornecido a algumas queijarias do concelho.

- Gilberto Manteiga, disse que estava de acordo com o comentário da Junta de Freguesia de Alpalhão, pois em 2006, nada foi feito: Não se verificou o apoio ao Grupo Desportivo e Recreativo Alpalhoense; as entradas de Alpalhão ainda não foram arrançadas e têm uma iluminação muito fraca, nomeadamente o percurso até à Quinta dos Ribeiros; o alargamento do cemitério está por fazer, assim como a urbanização do Largo do Calvário.

- Florinda Fortunato disse que ia apresentar uma sugestão para se desenvolver nos próximos três anos na Assembleia Municipal de Nisa, a qual, mesmo não possuindo meios financeiros, possui meios humanos que podem ter um papel mais activo e participativo no seio da comunidade local, sendo que a sugestão vai no sentido da criação de um grupo de trabalho que promova um ciclo de conferências que envolvam a população sobre temas fundamentais para o desenvolvimento do Concelho de Nisa. Seguidamente, questionou o Executivo sobre o problema da aprovação da nova Lei das Finanças Locais e, concretamente na implicância que poderá vir a ter no protocolo existente entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do Concelho de Nisa, perguntando se a nova lei influenciará e/ou alterará, de alguma forma, esta relação.

- Joaquim Rodrigues disse que havia verificado que, por todo o Concelho de Nisa, o aumento significativo de automóveis abandonados. Referiu-se à falta de um órgão coordenador do movimento associativo no Concelho de Nisa, a fim de que não se verifique a sobreposição de acções, tanto culturais, como desportivas.

- Adelino Temudo e sobre a documentação disponibilizada aos eleitos, referiu-se a alguns processos que são demasiado volumosos e que levam muito tempo a ser consultados, nomeadamente os documentos previsionais, sugerindo que, de futuro, se realizasse uma sessão

extraordinária para discutir, em exclusivo, estes assuntos.

- O Presidente da Mesa da Assembleia, José Polido, referiu-se à Ordem de Trabalhos desta Sessão e disse que a grande maioria dos assuntos agendados são até são “pacíficos”,

só que se perde demasiado com os dois primeiros pontos. Sobre a distribuição da documentação, disse que a mesma poderá vir a ser disponibilizada em papel, como agora se faz, ou então, por e.mail ou em formato digitalizado (cd).

- A Presidente da Câmara, sobre a sua falta à Sessão de Setembro e salientou que, até agora, apenas faltou a duas, disse que há um Vereador que é o seu substituto, o qual tem poderes legais para a substituir, além de que a lei não a obriga a ter que se justificar, desde que a presença do Executivo esteja assegurada, esclarecendo, no entanto, que a sua ausência se deveu a interesses do Município. Relativamente a Alpalhão, referiu que, quem não esteja dentro do assunto, não faz ideia da dificuldade que foi em levar por diante a iluminação dos nós de acesso, a partir do IP2, pois é matéria que não diz só respeito à Câmara, mas também à EDP e à JAE. Em relação ao alargamento do cemitério, lembrou que estas estruturas são propriedade das Juntas de Freguesia e é a estas entidades que compete fazer as negociações com os proprietários dos terrenos para integração nos mesmos. Quanto às instalações dos Correios na sede da Junta de Freguesia de Alpalhão, informou que se tem verificado um problema entre quem elaborou o projecto e os serviços técnicos da Câmara, referindo que, no início de Janeiro, os trabalhos avançarão.

- O Vereador João da Costa e relativamente às antenas de telecomunicações em Montalvão disse que havia ficado, na última sessão, quase acordado que os interessados se dirigissem à Junta de Freguesia para, em conjunto, se resolver o problema, sendo que e até esta altura, ainda não houve contacto nenhum pois, se tivesse havido, se calhar já estava tudo resolvido. Referiu-se, também, a alguns sinais de trânsito que foram aprovados em Reunião de Câmara e que ainda não estão colocados, dizendo que se encomendaram e que, brevemente, serão instalados. Sobre os carros abandonados na via pública, informou que, há pouco tempo, a Câmara fez uma operação de “limpeza” e o assunto ficou resolvido, sendo que deveria haver um local para recolhas deste tipo, só que para o seu licenciamento, a nível de serviços de ambiente, é muito complicado.

- O Presidente da Câmara e sobre o volume que alguns processos apresentam, nomeadamente os documentos previsionais, referiu que têm que ser apresentados exactamente como são elaborados, pois a lei a isto obriga, embora concorde com o Eleito Adelino Temudo.

Ponto nº 2

Assunto Informações sobre a actividade municipal e situação financeira (alínea e) do nº 1 do Artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro).

Observações A Presidente da Câmara procedeu à apresentação do documento em análise, do qual foi enviada cópia a todos os membros da Assembleia Municipal. Explicou o que se tem passado com a Albergaria Penha do Tejo e informou que, na próxima 2ª feira irá receber informações sobre qual o tipo de concurso e os procedimentos a seguir em termos legais, de modo a que se consiga dar uma solução viável para o complexo. Deu conhecimento dos assaltos que ali foram praticados, informou que foi aberto concurso para a contratação dos serviços de uma empresa de vigilância, referindo que, neste momento, já se conseguiu proceder à identificação de alguns assaltantes. Sobre o Gabinete de Projectos Especiais, informou que a Câmara fez uma avaliação e chegou-se à conclusão que havia projectos que ultrapassavam, em muito, as estimativas orçamentais que, neste momento, não podem ser suportados e, por conseguinte, realizados.

O Eleito Marco Oliveira referiu-se à Albergaria Penha do Tejo e disse que o “discurso” da Presidente da Câmara mais não foi que tentar pôr “panos quentes” sobre a destruição quase total de um empreendimento que foi feito com dinheiros públicos, referindo que há que responsabilizar quem tem culpas, achando que, em tudo isto, houve uma desresponsabilização política da Câmara.

O Eleito João Eduardo solicitou que lhe fossem transmitidos os dados referentes aos custos do projecto para a praça central de Tolosa e que os mesmos lhe fossem entregues em suporte digital.

O Vereador João da Costa referiu-se à Albergaria Penha do Tejo para dizer que, em Reunião de Câmara, já havia assumido a sua responsabilidade política sobre o assunto, lamentando que, até agora e face aos inúmeros assaltos de que aquele complexo tem sido vítima, ainda não se tenha ali procedido à instalação de um sistema de vídeo vigilância.

A Presidente da Câmara e também sobre a Albergaria, disse que o Executivo assume as suas responsabilidades, referindo que até a própria Assembleia Municipal poderia apresentar propostas para a resolução do assunto e que nunca o fez, tendo, até, já recusado algumas apresentadas pela Câmara. Referiu que aquela estrutura quando foi alugada, foi sem o material, pelo que o antigo concessionário, ao abalar, levou o que lá estava e que era dele, solicitando que, se se diz que se sabe quem são os responsáveis pelo desaparecimento de algum equipamento, então que se diga nos locais próprios, a fim de que se possam tomar medidas.

O Eleito Adelino Temudo disse que, para a Albergaria Penha do Tejo, o importante é que se apresentem alternativas viáveis e credíveis. Se já há propostas de investimento por parte de privados, então que sejam presentes na Assembleia Municipal.

Ponto nº 3

Assunto Acta Nº 3/2006, da Sessão Ordinária de 30 de Junho.

Delib.Nº 52/2006

Observações Posta à disposição de todos os Eleitos e depois de devidamente analisada e discutida, a Acta Nº 3/2006, correspondente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Nisa, realizada no dia 30 de Junho do ano em curso, foi aprovada por unanimidade e para cumprimento do que dispõe o nº 2 do Artº 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, tendo sido declarado que era dispensada a sua leitura, como salvaguarda do que dispõe o nº 1 do antes referido Artº 92º, uma vez que, do respectivo texto foi distribuída, previamente, uma cópia por todos os Eleitos da Assembleia Municipal de Nisa

Ponto nº 4

Assunto Acta Nº 4/2006, da Sessão Ordinária de 29 de Setembro.

Delib.Nº 53/2006

Observações Posta à disposição de todos os Eleitos e depois de devidamente analisada e discutida, a Acta Nº 4/2006, correspondente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Nisa, realizada no dia 29 de Setembro do ano em curso, foi aprovada por unanimidade e para cumprimento do que dispõe o nº 2 do Artº 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, tendo sido declarado que era dispensada a sua leitura, como salvaguarda do que dispõe o nº 1 do antes referido Artº 92º, uma vez que, do respectivo texto foi distribuída, previamente, uma cópia por todos os Eleitos da Assembleia Municipal de Nisa.

Ponto nº 5

Assunto Acta Nº 5/2006, da Sessão Extraordinária de 13 de Novembro.

Delib.Nº 54/2006

Observações Posta à disposição de todos os Eleitos e depois de devidamente analisada e discutida, a Acta Nº 5/2006, correspondente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Nisa, realizada no dia 13 do passado mês de Novembro, foi aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor e uma abstenção, para cumprimento do que dispõe o nº 2 do Artº 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, tendo sido declarado que era dispensada a sua leitura, como salvaguarda do que dispõe o nº 1 do antes referido Artº 92º, uma vez que, do respectivo texto foi distribuída, previamente, uma cópia por todos os Eleitos da Assembleia Municipal de Nisa.

Ponto nº 6

Assunto Grandes Opções do Plano do Município de Nisa para o Ano de 2007.

Delib.Nº 55/2006

Observações

A Presidente da Câmara falou sobre as Grandes Opções do Plano do Município de Nisa para o Ano de 2007, referindo que o Concelho de Nisa tem todas as condições e pode vir a ser muito competitivo, não só a nível local mas, também, no contexto da Região Alentejo. Segundo estudos especializados, recentemente dados a conhecer, esta região tem níveis de especializações mais elevadas que muitas regiões do litoral, referindo que, neste momento, a estratégia do Município de Nisa, é garantir investimentos públicos para poder cativar os investimentos privados e, aqui, o Complexo Termal da Fadagosa tem um papel preponderante, como ficou largamente demonstrado, aquando da recente realização do II Encontro de Termalismo. Disse que o Geoparque Naturtejo também é muito importante e que vai ser uma grande mais-valia para o Concelho de Nisa, sendo que vão começar a ser apresentadas diversas candidaturas, em parceria com entidades privadas e todas estão a ser negociadas com o INTERREG. Falou sobre a nova legislação relativa à actividade autárquica, referindo que, até nesta área, temos que ser competitivos e informou que, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, os dois únicos concelhos de todo o Alentejo que apresentaram crescimento, foram os de Nisa e Serpa. Fez a apresentação de verbas relativas a gastos com pessoal e disse que as que vão ser transferidas para as Juntas de Freguesia, irão sofrer um aumento, assim como a transferência de competências.

O Eleito Joaquim Marques falou sobre as verbas das receitas e disse que, se as Juntas de Freguesia vão receber mais e se as verbas a transferir em 2007 para as Câmaras são menores, então há que louvar quem elaborou os documentos em apreço.

O Eleito João Eduardo disse que conseguir verbas é uma tarefa que se torna um caso cada vez mais complicado, uma vez que não existem receitas fixas, achando, no entanto, que é incorrecto tentar aplicar taxas aos lugares de estacionamento da Praça República, pelo menos a uma grande parte deles, pois não se pode andar sempre a sobre carregar as populações com a aplicação de taxas e mais taxas.

O Eleito Marco Oliveira manifestou interesse em saber qual foi a intenção do voto contrário do Vereador do PSD, na Reunião de Câmara. Referiu que este Plano dá a entender, uma vez mais, que se tem a sensação de vivermos em total harmonia, no entanto e em seu entender, vive-se é numa completa inércia. Disse que tinha dúvidas que este documento fosse um projecto para os próximos quatro anos e que não compreendia como é que este trabalho teve por base o que se passou nos últimos dez anos. Salientou que, apesar das intenções, o resultado prático do investimento público no Concelho de Nisa, tem sido muito fraco, solicitando que, dos trinta projectos novos, lhe indicassem somente dez. Acha que, contrariamente ao que é dito, o Concelho de Nisa continua na mesma. Disse que gostava que o informassem sobre o resultado prático da entrada do Concelho de Nisa na Naturtejo. Referiu que não basta dizer que tudo está bem, pois as populações querem é ver coisas concretas. Apresentou alguns exemplos de acções na freguesia de Santana, em que a dotação é zero. Perguntou como é que, em termos práticos, se pretende concretizar todos os projectos enunciados no documento em apreço.

A Presidente da Câmara prestou as explicações relativamente às questões colocadas pelo Eleito Marco Oliveira e disse que o que está transcrito nos documentos, é o que realmente se pretende, só há que ir buscar verbas e, para tal, há que apresentar candidaturas. Referiu que já anteriormente havia sido alvo de críticas e, no entanto, as obras estão aí. Disse que não se podem fazer comparações com a Vila de Nisa de há vinte anos e como está agora, não compreendendo que se diga que tudo está na mesma e estagnado, referindo que, se há estagnação no interior do País, recomenda ao Dr. Marco que questione os deputados do seu partido, eleitos por Portalegre, para que lhe digam o que é que têm feito por esta região. Disse que Nisa pode ter um tecido empresarial fraco mas, até agora, ainda nenhuma empresa fechou, nem nenhum empresário deste concelho foi pedir ajuda aos concelhos vizinhos.

O Eleito Marco Oliveira e em relação à inércia do concelho, disse que apenas repetiu o que é a opinião pública. Referiu que dispensava o “papel maternalista” da Presidente da Câmara, que um dia veio para o Concelho de Nisa e que algumas das grandes opções são um reflexo da sua visão, aproveitando para dizer que não tem nenhum pensamento derrotista. Estabelecendo um termo de comparação entre os grandes recursos naturais do Concelho de Nisa e os projectos que se têm desenvolvido em seu redor, estes não representam nada, em comparação com o que já foi feito noutros concelhos que também possuem alguns quilómetros de Rio Tejo navegável. Disse que o Partido Socialista não põe entraves ao desenvolvimento do Concelho de Nisa, mas que quer ser esclarecido.

O Eleito Adelino Temudo referiu que havia verificado que a grande “fatia” das verbas, é destinada ao Complexo Termal mas que fica como a esperança que o resto do concelho não seja descurado.

O Eleito Gilberto Manteiga referiu que se solidarizava com as palavras proferidas pelo Dr. Marco Oliveira, achando que o direito à diferença de opinião deve ser encarada como um sinal de vitalidade e que não se esteja sempre a dizer que o que a oposição diz, é derrotista e que não quer o desenvolvimento do concelho.

A Eleita Florinda Fortunato e sobre a documentação que se encontra em apreço, referiu que havia compreendido os projectos e os objectivos do que foi apresentado.

A Presidente da Câmara acha que a oposição poderia dizer que este ou aquele projecto é importante para o desenvolvimento do Concelho de Nisa, mas não o faz. Sobre o Rio Tejo e os seus muitos quilómetros navegáveis, referiu que, devido à morfologia das suas margens ao longo do Concelho de Nisa, não é possível criar praias fluviais, pelo que se optou por desenvolver os percursos pedestres, já implementados.

O Eleito Marco Oliveira acha que há uma grande desresponsabilização política do Executivo nicense, na falta de apresentação de projectos.

Após as intervenções antes referidas e prestadas as explicações que se transcreveram, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, submeteu o presente assunto a votação, para cumprimento do disposto na alínea b) do nº 2 do Artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as devidas alterações que legalmente lhe foram introduzidas e conforme conteúdo da Informação/Proposta Nº 35/2006, datada do dia 29 do de Novembro de 2006, da Divisão Financeira, cuja cópia, assim como a restante documentação que a acompanha, fica arquivada em pasta anexa à presente Acta, tendo sido aprovado, por maioria, com catorze votos a favor e sete abstenções, as Grandes Opções do Plano do Município de Nisa para o Ano de 2007, com um total apurado em financiamento definido em PPI - Plano Plurianual de Investimentos, no valor de 11.529.765,00€ (onze milhões, quinhentos e vinte e nove mil, setecentos e sessenta e cinco euros) e nas AMR - Acções Mais Relevantes, no valor de 1.693.456,00€ (um milhão, seiscentos e noventa e três mil, quatrocentos e cinquenta e seis euros).

Ponto nº 7

Assunto Orçamento da Receita e Despesa do Município de Nisa para o Ano de 2007.

Delib.Nº 56/2006

Observações A Presidente da Câmara, começou a sua intervenção, fazendo uma explicação do documento em apreço.

O Eleito Marco Oliveira solicitou explicações sobre uma situação que aparece neste Orçamento e que, por norma, vem em todos os anteriores e que nunca foi alvo de esclarecimento e que tem a ver com “outros” em algumas rubricas, sobre os quais, disse que se verificavam disparidades tão grandes, que se exigia a apresentação de documentação de suporte. Manifestou, também, interesse em saber o que são as receitas de “resíduos sólidos”. Sobre o pagamento previsto para os parques de estacionamento em Nisa, perguntou quais eram. Relativamente às despesas e sobre um valor de 510,00 (representação) de deslocações e estadas, perguntou o que era isto e sobre publicidade, disse que gostava de saber o que é que está contabilizado para a Festa do Avante/2007.

Neste momento, a Presidente da Câmara solicitou ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal que autorizasse a Chefe da Divisão Financeira e a responsável pela Secção Financeira a responderem às questões colocadas pelo Dr. Marco Oliveira, o que foi aceite, sendo que as mesmas explicaram, detalhadamente, o que queria dizer os “outros” e, quanto aos “resíduos sólidos”, foi dito que são os lixos cobrados juntamente com o consumo de água e que vem na mesma factura.

A Presidente da Câmara e relativamente aos parques de estacionamento, informou que são alguns espaços que ficam junto aos estabelecimentos comerciais da Praça da República que estão permanentemente ocupados e que prejudicam o normal funcionamento do comércio.

O Eleito Marco Oliveira e nas rubrica 0.2 da Despesa, disse que há uma verba de 10,00 que tem a ver com alimentação e alojamento, perguntando o porquê a inscrição de um valor tão baixo.

A Presidente da Câmara informou que são verbas que ficam, para não ter que se encerrar as rubricas.

A Eleita Florinda Fortunato, solicitou autorização para se ausentar dos trabalhos desta Assembleia, tendo sido autorizada a fazê-lo, o que se veio a verificar às 17H40.

Assim, feitas as intervenções e ouvidas as explicações anteriormente referidas, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, submeteu o presente assunto a votação, para cumprimento do disposto na alínea b) do nº 2 do Artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as devidas alterações que legalmente lhe foram introduzidas e conforme conteúdo da Informação/Proposta Nº 36/2005, datada do dia 29 de Novembro de 2006, da Divisão Financeira, cuja cópia, assim como a restante documentação que a acompanha, fica arquivada em pasta anexa à presente Acta, tendo sido aprovado, por maioria, com doze votos a favor e oito abstenções, o Orçamento da Receita e da Despesa do Município de Nisa para o Ano de 2006, num total apurado de 20.074.870,00€ (vinte milhões, setenta e quatro mil, oitocentos e setenta euros), sendo 7.984.110,00€ (sete milhões, novecentos e oitenta e quatro mil, cento e dez euros) de corrente (correspondentes a 40% do mesmo) e 12.090.760,00€ (doze milhões, noventa mil, setecentos e sessenta euros) de capital (que corresponde a 60% do total do Orçamento).

Ponto nº 8

Assunto Carta Educativa do Concelho de Nisa.

Delib.Nº 57/2006

Observações A Vereadora Fátima Moura, responsável pelo Pelouro da Educação, explicou à Assembleia Municipal o que é e o que se pretende com a Carta Educativa do Concelho de Nisa, como apareceu e quem envolveu na sua elaboração, referindo que se trata de um documento dinâmico e de forma alguma, estável, conforme a Assembleia poderá verificar, pois todos os seus Eleitos têm uma cópia da mesma. Informou que a sua apresentação, hoje, se deve ao facto da necessidade da sua aprovação, para ser encaminhada para as estâncias superiores, de modo a que, ainda durante o ano de 2007, possam dar entradas verbas que, de outro modo, só seriam entregues em 2008.

O Eleito Marco Oliveira elogiou o trabalho apresentado no documento em apreço e manifesta os seus parabéns pelo excelente trabalho que foi feito, perguntando qual foi o contributo do Conselho Municipal de Educação para a elaboração da Carta Educativa.

A Vereadora Fátima Moura informou que foram feitas três reuniões sobre o assunto, qualquer delas com todos os parceiros convocados, incluindo o Conselho Municipal de Educação e elogiou o contributo dado pela Guarda Nacional Republicana. Informou, ainda, que o documento em causa só se converterá em definitivo, depois de devidamente aprovado pelos serviços governamentais competentes.

O Eleito Joaquim Marques, também se congratulou com o trabalho apresentado e referiu que fazia suas as palavras do Eleito Marco Oliveira.

O Eleito Mário Rui Macedo disse que conhecia o trabalho que foi feito noutras Câmaras Municipais sobre este mesmo assunto e não tem dúvidas que o de Nisa vai ser um sucesso, devido à qualidade que apresenta.

Feitas as intervenções antes indicadas e prestadas as respectivas explicações, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa submeteu à aprovação a Carta Educativa do Concelho de Nisa, vindo a mesma a ser aprovada por maioria, com dezoito votos a favor e três abstenções.

Ponto nº 9

Assunto Acordo de colaboração entre o Município de Nisa e a Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Revogação da Deliberação Nº 33/2006, de 30 de Junho.

Delib.Nº 58/2006

Observações Sobre o assunto a que acima se faz referência, foi explicada a razão do pedido de revogação da Deliberação que aprovou, em Sessão desta Assembleia Municipal, o acordo supra indicado, uma vez que, tal matéria e conforme conteúdo da Informação/Proposta Nº 53/06, datada do dia 6 de Outubro de 2006, é da exclusiva competência do Executivo, conforme determina a alínea m) do nº 2 do Artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O Eleito Marco Oliveira acha que esta situação é muito grave, pois trata-se de um assunto que, logo de início, não tinha nada que ser presente à Assembleia Municipal, uma vez que, segundo a lei, é da competência da Câmara.

Seguidamente, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa submeteu à aprovação, a revogação da Deliberação Nº 33/2006, tomada em Sessão Ordinária deste Órgão realizada no dia 30 de Junho de 2006, pelas razões anteriormente referidas, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com dezanove votos a favor e duas abstenções.

Ponto nº 10

Assunto Inclusão de assuntos na Ordem de Trabalhos.

Delib.Nº 59/2006

Observações Aprovar, por unanimidade e conforme o previsto no Artº 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, a inclusão na Ordem de Trabalhos da presente reunião, do processo a seguir indicado, o qual passará a constituir o Ponto Nº 11, da mesma.

Assunto 4ª Alteração ao Protocolo de Delegação de Competências do Município para as Juntas de Freguesia do Concelho de Nisa.

Delib.Nº 60/2006

Observações O Vereador João da Costa, enquanto Eleito responsável pela implementação e desenvolvimento do Protocolo referido em epígrafe, explicou o porquê da apresentação da Proposta em apreço e pediu desculpas pelo facto de este assunto ter sido agendado hoje.

O Eleito Marco Oliveira solicitou informações sobre o que significa os acrescentos aos Artºs 7º e 8º do dito Protocolo.

O Vereador João da Costa explicou o significado dos acrescentos em causa, dizendo que tudo isto tem a ver com a implementação dos percursos pedestres no Concelho de Nisa, nomeadamente nas freguesias de Amieira do Tejo, Montalvão, Santana, São Matias e São Simão, referindo que a Câmara não pode conceder subsídios a estas mesmas freguesias, para a manutenção dos referidos percursos, pelo que tiveram que ser incluídos no Protocolo de Delegação de Competências. Explicou que, ao Artº 6º é acrescentado o Ponto 1.2, que transfere a competência da gestão dos mesmos, enquanto que o Ponto 1.2 acrescentado aos Artºs 7º e 8º, tem a ver, respectivamente, com a fórmula de cálculo e com o valor das comparticipações financeiras.

Depois de prestados os esclarecimentos antes referidos, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa submeteu à votação a 4ª Alteração ao Protocolo de Delegações de Competências do Município para as Juntas de Freguesia do Concelho de Nisa, conforme Proposta Nº 79/2006, de 6 de Dezembro de 2006, que fica arquivada em pasta anexa à presente Acta, sendo a mesma aprovada por unanimidade.

Ponto nº 12

Assunto Intervenção de munícipes.

Observações Uma vez que a presente Sessão tem o carácter de pública e para cumprimento do disposto no nº 5 do Artº 84º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os munícipes presentes na sala foram convidados a intervir, não havendo, no entanto, qualquer manifestação neste sentido.

Ponto nº 13

Assunto Justificação de faltas de Eleitos a Sessões da Assembleia Municipal.

Delib.Nº 61/2006

Observações A Assembleia Municipal de Nisa decidiu, por unanimidade, justificar as faltas dadas à Sessão de hoje pelos seguintes Eleitos:

- Arménio de Pina Morais de Almeida e António dos Remédios da Costa, que informaram da sua intenção, através de chamada telefónica;

- António Manuel Caldeira Valente, que apresentou justificação por escrito.

Ponto nº 14

Assunto Aprovação, em Minuta, das Deliberações que antecedem.

Delib.Nº 62/2006

Observações Aprovar, por unanimidade, em Minuta e para efeitos imediatos, todas as Deliberações que antecedem, nos termos e para cumprimento do que dispõe o nº 3 do Artº 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, podendo as mesmas adquirir a eficácia prevista no nº 4 do já antes citado artigo.

Encerramento da Reunião

A presente Sessão Ordinária de Abril da Assembleia Municipal de Nisa foi encerrada pelo Presidente da respectiva Mesa, conforme o previsto na alínea p) do nº 1 do Artº 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, quando eram dezoito horas.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Acta, constituída por onze folhas numeradas e rubricadas, que vai ser assinada nos termos do nº 2 do Artº 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e desta mesma Sessão, Sr. José da Cruz Curado Polido e por mim, António Maria Curado Carrasco, Chefe da Secção de Administração e Arquivo, que a elaborei na qualidade de Secretário.